

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA TRE-AC Nº 336, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

O DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 19, XI e LV, do Regimento Interno do Tribunal e,

CONSIDERANDO o deferimento de aproveitamento de candidatos aprovados em concurso público realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio do Edital 001/2022, homologado pela Resolução Administrativa nº 068, de 18 de maio de 2023, publicada no DeJT nº 3732/2023, de 30 de maio de 2023;

CONSIDERANDO a previsão do Art. 9º, I e Art. 10, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO as previsões da Portaria TSE n. 244, de 31 de março de 2023, alterada pela Portaria TSE n. 795, de 6 de outubro de 2023, em especial o seu Anexo I;

CONSIDERANDO o que consta do SEI nº 0001315-83.2023.6.01.8000, resolve:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo e observada a ordem de classificação, em razão de habilitação em concurso público realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Art. 10, caput, da Lei nº 8.112/90), os candidatos abaixo mencionados, para exercerem, neste Tribunal, os cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária, e de Técnico Judiciário - Área Administrativa, ambos na Classe A, Padrão 1, respectivamente:

DANIEL BORGES MINAS

Analista Judiciário - Área Judiciária, cargo criado pela Lei nº 10.842/2004, vago em razão da posse em outro cargo inacumulável da servidora Laís Tojal Coelho de Barros, em 17 de abril de 2023.

RAFAEL RARISON MOSCOSO GUEDES

Técnico Judiciário - Área Administrativa, cargo criado pela Lei n. 6.527/1978, vago em razão da aposentadoria da servidora Samira dos Santos Machado, ocorrida em 13 de abril de 2022.

ADRIANA CARVALHO DE OLIVEIRA

Técnico Judiciário - Área Administrativa, cargo criado pela Lei nº 7.645/1987, vago em razão de posse em outro cargo inacumulável da servidora Erika Talita do Amaral, em 15 de dezembro de 2022.

CARLA GOMES MENDES DINIZ

Técnico Judiciário - Área Administrativa, cargo criado pela Lei nº 7.645/1987, vago em razão de posse em outro cargo inacumulável do servidor Wendelson Mendonça da Cunha, em 26 de julho de 2023.

Art. 2º Os candidatos nomeados terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste ato no Diário Oficial da União, para tomarem posse nos referidos cargos, conforme previsão do Art. 13, § 1º, da Lei n. 8.112/90, devendo se submeterem previamente à inspeção médica de saúde e apresentação dos exames laboratoriais e complementares, conforme convocação a ser expedida.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Des. JUNIOR ALBERTO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA TRE-BA Nº 1.027, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, na Resolução nº 146/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Resolução nº 23.701/2022 do TSE e na Instrução Normativa nº 01/2016 deste Tribunal, e o constante no Processo SEI nº 0011016-57.2023.6.05.8000, resolve:

Art. 1º Redistribuir, por reciprocidade, o cargo efetivo de Técnico Judiciário - Apoio Especializado: Operações de Computadores, criado pela Lei nº 8.868 de 14.04.1994, ocupado pelo servidor Christian Emmanuel Neves Cardoso, para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG, onde se encontra lotado, por cargo de idêntica denominação do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG, criado pela Lei nº 8.868 de 14.04.1994, vago em 20.07.2020 em decorrência de aposentadoria de José Geraldo Campos Gomide.

Des. ROBERTO MAYNARD FRANK

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 1.518, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Tribunal, com base na Lei nº 8.112/90, considerando o aproveitamento de candidato aprovado em concurso público válido realizado pelo Tribunal Regional Federal - 5ª Região, Edital nº 12/2018, publicado no DOU de 25/05/2018, e decisão proferida no SEI nº 2023.0.000019380-9; resolve nomear:

MARIO FERNANDO SOUSA CASTRO, CPF nº *00.993.853-**, aprovado em concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal - 5ª Região, e classificado em 20º lugar, na vaga reservada a candidato negro - Lei nº 12.990/2014, desempate por idade relativamente ao candidato, Felipe Davilon Alves Barros, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, com exercício na 59ª Zona Eleitoral - Pedra Branca, na vaga criada pela Lei nº 7.645/1987 - cargo vago em decorrência da aposentadoria da servidora, Nágila Maria de Melo Angelim, conforme Ato nº 25/2023, publicado no DOU Nº 196, de 16/10/2023.

Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 302, DE 28 DE DEZEMBRO 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e o que consta do Procedimento Administrativo nº 0010709-40.2023.6.07.8100, resolve:

Designar o servidor CRISTOPHER AMARAL MARINOS, Técnico Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, ora à disposição deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente V, código FC-5, da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças.

Des. ROBERVAL CASEMIRO BELINATI

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 137, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência constante do inciso XXVIII do art. 31 da Resolução TRE-DF nº 7.881/2021, e o teor do Processo Administrativo nº 0010709-40.2023.6.07.8100, resolve:

Designar o servidor CRISTOPHER AMARAL MARINOS, Técnico Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, ora à disposição deste Tribunal, para substituir, em seus impedimentos legais e eventuais, o(a) titular do cargo em comissão de Assessor(a)-Chefe da Assessoria de Licitações da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, código CJ-1.

LÚCIA CARVALHO BITAR YUNG-TAY

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ATO DE Nº 53, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Processo nº 0000300-46.2023.6.13.8000, resolve:

Alterar o fundamento legal do Ato nº 3/2023, publicado no DOU nº 18 de 25/01/2023 p. 62, Seção 2, que concedeu pensão civil a ROSENI APARECIDA DA SILVA, viúva do ex-servidor deste Tribunal, CARLOS JOSÉ MANSUR STARLING, aposentado no cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para, onde se lê "artigos 74 e 77, §2º, inciso V, alínea 'b', da Lei nº 8.213/1991", leia-se "artigos 74 e 77, §2º, inciso V, alínea 'c", item 6, da Lei nº 8.213/1991", com efeitos financeiros a contar de 24/12/2022, data do óbito, tendo em vista o reconhecimento da união estável da beneficiária com o instituidor, desde 2011, conforme decisão judicial transitada em julgado, em 07/12/2023, nos autos do processo nº 5003383-74.2023.8.13.0027, da 1ª Vara de Família, Sucessões e Ausência da Comarca de Betim/MG, permanecendo inalterados os demais fundamentos legais.

Des. Octavio Augusto De Nigris Boccalini

PORTARIA Nº 384, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Resolução TSE n.º 23.701, de 31 de maio de 2022, e no Processo SEI n.º 0016441-43.2023.6.13.8000, resolve:

Art. 1º Fica redistribuído CARGO VAGO de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado - Especialidade Operação de Computadores, criado pela Lei nº 8.868/1994, e decorrente de aposentadoria de José Geraldo Campos Gomide, Ato nº 16, de 7 de julho de 2020, publicado no DOU nº 137 - Seção 2, página 41, em 20/7/2020, pertencente ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em reciprocidade com o cargo de mesma denominação, criado pela Lei nº 8.868/1994, ocupado pelo servidor CHRISTIAN EMMANUEL NEVES CARDOSO, pertencente ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. Octavio Augusto De Nigris Boccalini

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 22.739, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 23, inciso XXVII, do Regimento Interno, e à vista do processo administrativo eletrônico SEI nº. 0013452-37.2023.6.14.8000 , resolve:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor MAIRTON DE OLIVEIRA CAVALCANTE, matrícula nº 30905636, do cargo efetivo de Analista Judiciário - Apoio Especializado - Medicina, criado pela Lei nº 6.647, de 16 de maio de 1979, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, nos termos dos arts. 33, I e 34 da Lei n.º 8.112/1990, com efeitos a partir de 08/01/2024.

Des. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR

PORTARIA Nº 22.740, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições legais, e à vista do que consta no Processo Administrativo SEI nº 0013229-89.2020.6.14.8000, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a nomeação de CASSIANE PORCHER DA COSTA, por intermédio da Portaria nº 22.728, de 21 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 22 de dezembro de 2023, no cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, do Quadro de Pessoal do TRE-PA, por desistência definitiva expressa, conforme expediente SEI 2084258.

Art. 2º NOMEAR o candidato ROBSON DENILSON ALVARENGA DA ROCHA, habilitado em Concurso Público de Provas realizado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC para provimento de cargos deste Tribunal, cujo resultado foi homologado pela Resolução TRE-PA n.º 5.654/2020, publicada no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em 19/8/2020, prorrogado pela Resolução TRE-PA n.º 5.718/2022, publicada no Diário de Justiça Eletrônico - DJE em 17/5/2022 , para exercer, em caráter efetivo, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, NS, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de acordo com a Lei n.º 11.416, de 15/12/2006, e alterações, decorrente da readaptação da servidora Lísis Regina Franco Dias, conforme Portaria n.º 22.587/2023, publicada no DOU, em 13/11/2023, c/c alteração da Área de Atividade/Especialidade do cargo, conforme Portaria n.º 22.622/2023, publicada no DOU, em 20/11/2023.

Art. 3º NOMEAR o candidato ADAILTON MORAIS CASTRO, habilitado em Concurso Público de Provas realizado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC, para provimento de cargos deste Tribunal, cujo resultado foi homologado pela Resolução TRE-PA nº 5.654/2020, publicada no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em 19/8/2020, prorrogado pela Resolução TRE-PA nº 5.718/2022, publicada no Diário de Justiça Eletrônico - DJE em 17/5/2022, para exercer, em caráter efetivo, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, ESPECIALIDADE EM OPERAÇÃO DE COMPUTADORES, NI, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de acordo com a Lei nº 11.416, de 15/12/2006, e alterações, decorrente da redistribuição do cargo ocupado pelo servidor Clayton Farias de Ataíde, conforme Portaria nº 22.724/2023, publicada no DOU, em 28/12/2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 804, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 5º, 9º, inciso I, 10 e 13 a 15, da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990; considerando o término do prazo de vigência do último concurso deste Tribunal para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, ocorrido em 11/06/2023; considerando a existência de previsão no Edital n.º 01/2017 do concurso público vigente promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para aproveitamento de candidatos habilitados no referido certame por outros órgãos do Poder Judiciário Federal; considerando que o presente aproveitamento alcançará cargos com exercício previsto para a mesma região em que terão exercício os servidores do TRF da 5ª Região; considerando que o provimento dar-se-á em cargo idêntico àquele para o qual foi realizado, de igual denominação e de idênticos requisitos de habilitação acadêmica e profissional; considerando que a Presidência do TRF da 5ª Região, por meio do Ofício n.º 1237/2023, autorizou as nomeações dos referidos candidatos para o quadro de pessoal desta Justiça Especializada; considerando o que consta no processo SEI n.º 0019754-53.2023.6.17.8500; considerando a manifestação dos candidatos aprovados pelo interesse em serem aproveitados para a Justiça Eleitoral, conforme consulta efetuada pelo TRF da 5ª Região; e considerando que em decorrência da Emenda Constitucional n.º 95, de 15/12/2016, o Tribunal Superior Eleitoral, mediante a Portaria n.º 671, de 13/09/2017, havia sobrestado o provimento de cargos efetivos vagos no âmbito da



Justiça Eleitoral, e neste ano, mediante a Portaria n.º 244, de 31/03/2023, alterada pela Portaria n.º 795, de 06/10/2023, autorizou o provimento de mais três cargos vagos de Analistas Judiciários neste Tribunal Regional Eleitoral, resolve nomear, em virtude do aproveitamento da lista de classificados para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, Seção Judiciária - Pernambuco, do concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, conforme Edital n.º 12/2018, do resultado final, publicado no Diário Oficial da União n.º 100, Seção 3, de 25/05/2018:

a) o candidato LUCIANO ALVES DE SOUZA LOPES FILHO, classificado em 4º lugar na lista de pessoas negras, para ocupar e exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área Judiciária, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado através da Lei n.º 6.082, de 10/07/1974, cuja vacância decorreu da aposentadoria do servidor Álvaro Gomes da Silva Júnior, conforme consta na Portaria n.º 223, publicada no DOU n.º 64, Seção 2, em 03/04/2023;

b) a candidata LIDIANE DUTRA DIAS, classificada em 24º lugar na lista geral, para ocupar e exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área Judiciária, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado através da Lei n.º 8.868, de 14/04/1994, cuja vacância decorreu da aposentadoria do servidor Maison de Figueiredo Ferreira, conforme consta na Portaria n.º 285, publicada no DOU n.º 82, Seção 2, em 02/05/2023.

Des. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

PORTARIA Nº 805, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 5º, 9º, inciso I, 10 e 13 a 15, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990; considerando o término do prazo de vigência do último concurso deste Tribunal para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, ocorrido em 02/07/2023; considerando a existência de previsão no Edital nº 01/2017 do concurso público vigente promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para aproveitamento de candidatos habilitados no referido certame por outros órgãos do Poder Judiciário Federal; considerando que o presente aproveitamento alcançará cargos com exercício previsto para a mesma região em que terão exercício os servidores do TRF da 5ª Região; considerando que o provimento dar-se-á em cargo idêntico àquele para o qual foi realizado, de igual denominação e de idênticos requisitos de habilitação acadêmica e profissional; considerando que a Presidência do TRF da 5ª Região, por meio do Ofício n.º 1237/2023, autorizou as nomeações dos referidos candidatos para o quadro de pessoal desta Justiça Especializada; considerando o que consta no processo SEI nº 0019754-53.2023.6.17.8500; considerando a manifestação dos candidatos aprovados pelo interesse em serem aproveitados para a Justiça Eleitoral, conforme consulta efetuada pelo TRF da 5ª Região; e considerando que em decorrência da Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, o Tribunal Superior Eleitoral, mediante a Portaria nº 671, de 13/09/2017, havia sobrestado o provimento de cargos efetivos vagos no âmbito da Justiça Eleitoral e neste ano, mediante a Portaria nº 244, de 31/03/2023, alterada pela Portaria nº 795, de 06/10/2023, autorizou o provimento de mais dez cargos vagos de Técnicos Judiciários neste Tribunal Regional Eleitoral, resolve:

Nomear, em virtude do aproveitamento da lista de classificados para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Seção Judiciária - Pernambuco, do concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, conforme Edital nº 12/2018, do resultado final, publicado no Diário Oficial da União nº 100, Seção 3, de 25/05/2018:

a) o candidato LEONARDO PEREIRA DE ALBUQUERQUE, classificado em 82º lugar na lista geral, para ocupar e exercer o cargo de Técnico Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado através da Lei nº 6.082, de 10/07/1974, cuja vacância decorreu da aposentadoria da servidora Narciza Maria Rodrigues Alves Feitosa, conforme consta na Portaria nº 296, publicada no DOU nº 89, Seção 2, em 11/05/2023;

b) o candidato SERGIO AUGUSTO MOREIRA JUNIOR, classificado em 84º lugar na lista geral, para ocupar e exercer o cargo de Técnico Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado através da Lei nº 7.645, de 18/12/1987, cuja vacância decorreu da aposentadoria do servidor Gilberto da Mota Martins, conforme consta na Portaria nº 350, publicada no DOU nº 104, Seção 2, em 1º/06/2023;

c) o candidato ANDRE PESSOA DANTAS FREIRE, classificado em 89º lugar na lista geral, para ocupar e exercer o cargo de Técnico Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado através da Lei nº 7.645, de 18/12/1987, cuja vacância decorreu da aposentadoria da servidora Marília Gonçalves Berquó, conforme consta na Portaria nº 495, publicada no DOU nº 145, Seção 2, em 1º/08/2023;

d) a candidata ERIKA ELKE CARVALHO PENA COSTA, classificada em 23º lugar na lista de pessoas negras, para ocupar e exercer o cargo de Técnico Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado através da Lei nº 7.645, de 18/12/1987, cuja vacância decorreu da aposentadoria da servidora Bernadete de Lourdes Araújo Cordeiro, conforme consta na Portaria nº 566, publicada no DOU nº 168, Seção 2, em 1º/09/2023.

Des. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA PRES/GABPRES Nº 381, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, especificamente as contidas no art. 14 do Regimento Interno do TRE-RO, considerando a aprovação no Concurso Público para provimento do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho - 14ª Região, conforme Edital n. 001/2022, homologado pela Resolução Administrativa n. 068/2023, publicada no DeJT n. 3731/2023 de 30/05/2023, e considerando o contido no Processo SEI n. 0000629-14.2020.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Nomear para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Nível Intermediário, Classe A, Padrão 1, pertencente ao quadro de pessoal efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, a candidata CRISTIANE KELLY COSTA, aprovada em 92º lugar na lista de candidatos geral do Concurso Público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, vaga decorrente do cargo vago recebido na redistribuição por reciprocidade da servidora Isis Christina Gurgel de Amaral, conforme Portaria TRE-RO n. 166, de 6 de junho de 2023, publicada no DOU n. 108, de 7 de junho de 2023, recebido do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, criado pela Lei n. 6.082/1974. A vacância do cargo vago recebido decorre da aposentadoria de Grecinaí Kostouros, com fundamento nos artigos 33, VII, caput, da Lei 8.112/90, conforme Portaria n. 14/2023, publicada no DOU n. 24, de 25 de janeiro de 2023, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE n. 795/2023.

Art. 2º Nos termos do art. 13, § 1º, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fixar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a posse, contados da publicação desta portaria.

§ 1º A presente nomeação será tornada sem efeito se a candidata nomeada não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo (art. 13, § 6º, da Lei n. 8.112, de 1990).

§ 2º No prazo estabelecido no caput deste artigo, a candidata deverá, também, comprovar todos os requisitos previstos nos itens 3.1 e 13.1 e seguintes do Edital n. 1/2013 do 10º Concurso Público deste Tribunal Regional Eleitoral e da Instrução Normativa TRE-RO n. 5/2020.

Art. 3º A empossada deverá entrar em exercício no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da respectiva posse.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Des. KIYOCHI MORI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 3.382, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no processo SEI 0037533/2023, resolve:

Art. 1º Designar CARLOS ROBERTO BIOJONE, matrícula N. 321.625, cedido ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a Função Comissionada, FC-01, do Núcleo Médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ CRUZ MACEDO

PORTARIA GPR Nº 3.384, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no processo SEI 0037218/2023, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral ao servidor Jader Andrade Lara, matrícula 312.080, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 4º da Emenda Constitucional 103/2019, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, bem como com as vantagens decorrentes da Lei 11.416/2006, alterada pela Lei 13.317/2016, com proventos calculados e reajustados na forma do inciso I do §6º, inciso I do §7º e §8, todos do art. 4º da Emenda Constitucional 103/2019.

Des. CRUZ MACEDO

PORTARIA GPR Nº 3.386, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e em vista do contido no processo SEI 41801/2023, resolve:

Art. 1º Dispensar ANA CAROLINA CASTELO BRANCO TORELLY, matrícula 313.725, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 do Gabinete da Diretoria Geral Administrativa da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF - VIJ.

Art. 2º Dispensar YANDRA OLIVEIRA NUNES, matrícula 313.915, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 do Gabinete da Diretoria Geral Administrativa da 1ª VIJ.

Art. 3º Dispensar ANA LUCIA ROSA RAPOSO, matrícula 312.694, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 do Gabinete da Diretoria Geral Administrativa da 1ª VIJ.

Art. 4º Dispensar GUSTAVO GUSMÃO DA HORA, matrícula 314.859, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-02 do Gabinete da Diretoria Geral Administrativa da 1ª VIJ.

Art. 5º Dispensar SIMONE PADILHA DA COSTA, matrícula 311.637, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-01 do Gabinete da Diretoria Geral Administrativa da 1ª VIJ.

Art. 6º Dispensar LILIANA FARACO DE FREITAS, matrícula 309.690, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Comunicação Institucional da 1ª VIJ.

Art. 7º Dispensar NORIETE CELI DA SILVA, matrícula 310.250, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Comunicação Institucional da 1ª VIJ.

Art. 8º Dispensar AUBERGS LOPES NEVES, matrícula 311.163, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Telecomunicações e Eletricidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Informática da 1ª VIJ.

Art. 9º Dispensar FÁBIO HENRIQUE NASCIMENTO VALENÇA, matrícula 316.792, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Informática da 1ª VIJ.

Art. 10. Dispensar ANDRÉ RICARDO REIS XAVIER, matrícula 317.791, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Agente da Polícia Judicial, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Transportes da 1ª VIJ.

Art. 11. Dispensar FLAVIO DE OLIVEIRA VIEIRA DA COSTA, matrícula 310.651, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Transporte, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Transportes da 1ª VIJ.

Art. 12. Dispensar KATIA CHRISTINA GODEIRO E SILVA MOREIRA, matrícula 314.185, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Contabilidade e Controle Interno da 1ª VIJ.

Art. 13. Dispensar DIMAS ABRANTES DO NASCIMENTO, matrícula 320.288, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Contabilidade e Controle Interno da 1ª VIJ.

Art. 14. Dispensar IVO DE ARAUJO OLIVEIRA NETO, matrícula 318.492, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Orçamento e Finanças da 1ª VIJ.

Art. 15. Dispensar LUCIANA CAVANHA DE REZENDE CAMINHA, matrícula 314.846, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Orçamento e Finanças da 1ª VIJ.

Art. 16. Dispensar BRENO JOSE MENDES, matrícula 313.421, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Manutenção Predial, Almoarifado e Patrimônio da 1ª VIJ.

Art. 17. Dispensar ARTHUR LOPES DE SOUZA, matrícula 317.885, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Manutenção Predial, Almoarifado e Patrimônio da 1ª VIJ.

Art. 18. Dispensar ARMANDO DA CUNHA MENEZES, matrícula 311.846, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Transporte, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Oficina da 1ª VIJ.

Art. 19. Dispensar EDUARDO GONCALVES BASTOS, matrícula 311.093, Auxiliar Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Mecânica, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Oficina da 1ª VIJ.

Art. 20. Dispensar FERNANDO LUIS DE SOUSA CARVALHAL, matrícula 317.103, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Seção de Compras, Contratos e Licitações da 1ª VIJ.

Art. 21. Dispensar FRANCISCO DEMONTIÊ CORREIA CUNHA, matrícula 311.650, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-03 da Seção de Compras, Contratos e Licitações da 1ª VIJ.

Art. 22. Dispensar GELSON DE SOUZA LEITE, matrícula 309.921, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC-05 de Supervisor da Coordenadoria da Infância e da Juventude - CIJ.

Art. 23. Exonerar CARLOS CESAR RICKEN VANDERLINDE, matrícula 309.851, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do cargo em comissão CJ-03 de Diretor Geral Administrativo da VIJ da Diretoria Geral Administrativa da 1ª VIJ.

Art. 24. Nomear CARLOS CESAR RICKEN VANDERLINDE, matrícula 309.851, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer o cargo em comissão CJ-03 de Coordenador da CIJ.

